

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO
CUIABANO AO SENHOR LEANDRO ANGELO
ROSTIROLA.

A Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e o Presidente, no uso das atribuições previstas no inciso IV do art. 16 da Lei Orgânica do Município de Cuiabá, promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Cuiabano ao Senhor Leandro Angelo Rostirola pelos relevantes serviços prestados ao Município e à sociedade de Cuiabá.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua aprovação.

JUSTIFICATIVA

O título de “CIDADÃO CUIABANO”, conforme disciplinado na resolução nº 02/1997, é concedido no dia do aniversário de Cuiabá, em cada 08 de abril, personalidades que se destacaram na comunidade cuiabana pela sua idoneidade moral e pela prestação de relevantes serviços.

Preenchendo tais requisitos, fazendo jus, portanto a tal honraria – ao Senhor Leandro Angelo Rostirola, nasceu na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, no dia 07 de maio de 1981. Casado com Sra. Bruna Fernanda Rostirola, pai de Antonella e Matteo Rostirola. Filho de Benilde Rostirola e Norberto Pedro Rostirola.

Sua atuação profissional iniciou em 2000 Mação de Sargentos do Exército.

Em 2008 fez Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária SENASP.

Esteve no 44º Batalhão de Infância Motorizado de Cuiabá/MT em 2000 a 2008. Na 13º Pelotão de Polícia do Exército 2008 a 2023 (Nomeado por vezes como Comandante).

Direror do Grêmio Antônio João 2014 a 2023.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 15 de dezembro de 2023

Chico 2000 (Câmara Digital) - PL

Vereador(a)

Chico 2000 (Câmara Digital) - PL, Rodrigo Arruda e Sá (Câmara Digital) - CIDADANIA, Sargento Vidal



(Câmara Digital) - MDB, Adevair Cabral (Câmara Digital) - PTB, Wilson Kero Kero (Câmara Digital) -
PODEMOS



Autenticar documento em <http://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3400310037003700380031003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

